



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1865498 - AL (2020/0056010-4)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : COMERCIAL ANAPOLINA DE SACARIA LTDA
RECORRENTE : BERTHINE FRAGOSO VINHAS
ADVOGADOS : WILLIAMS PACÍFICO ARAÚJO DOS SANTOS - AL004790
OCTAVIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA LIMA - AL009802
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RESPONSABILIDADE PELO DECURSO DO PRAZO. MECANISMOS JUDICIÁRIOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS NÃO IMPUGNADOS. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inc. III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF5 assim ementado (fl. 168):

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO DE APELAÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INÉRCIA DO EXEQUENTE NÃO CONFIGURADA. DEMORA DECORRENTE DO APARATO JUDICIAL. RECURSO PROVIDO. INVERSÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA.

1. Recurso de apelação de sentença de procedência da ação de embargos à execução fiscal, que, fundamentada no art. 498, II, do CPC, pronunciou a prescrição intercorrente do crédito tributário, condenando a Fazenda Pública em verba honorária no importe de 10% sobre o valor do proveito econômico obtido (R\$ 11.154,24).

2. A hipótese é de ação fiscal em trâmite há mais de doze anos, quando da localização de bem penhorável do coexecutado.

3. A despeito de a Súmula 314/STJ consignar que, " em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente", é de se ponderar que a prescrição intercorrente apenas se configura com a desídia do exequente.

4. Decerto, a Primeira Seção da Corte da Cidadania, quando do julgamento do Tema 179 (REsp nº1102431/RJ), em reforço ao enunciado da Súmula nº 106, assinalou expressamente que " a perda da pretensão executiva tributária pelo decurso de tempo é consequência da inércia do credor, que não se verifica quando a demora na citação do executado decorre unicamente do aparelho judiciário".

5. Assim, para além da contagem do tempo decorrido, faz-se imperativa a verificação da responsabilidade da Fazenda Pública pela mora processual.

6. Neste sentido, embora a atuação fazendária não tenha sido propriamente diligente, é inegável a responsabilidade do aparato judicial para o decurso de prazo tão aquilatado do feito fiscal. Com efeito, o lapso decorrido entre a ordem de indisponibilidade (03.03.2009) e o seu efetivo cumprimento (10.04.2015) se afigura bastante revelador da impossibilidade de se imputar ao exequente a exclusiva responsabilidade pela demora na localização de bens penhoráveis. Ora, se o comando judicial não tivesse sido obedecido a destempo, sequer se divisaria a completude do prazo legalmente estipulado (art. 40 da LEF), ainda que considerado o primeiro despacho suspensivo (04.05.2004).

7. Em acréscimo, é de se observar que o juízo já se encontra garantido, com depósito integral da dívida, o que torna ainda mais desarrazoada a exoneração do dever legal de quitação de uma obrigação tributária, em detrimento do Erário Público.

8. Recurso de apelação provido, com inversão dos ônus sucumbenciais.(e-STJ Fl.168)

As recorrentes alegam violação do art. 40, §§1º ao 5º, da LEF, sob os seguintes argumentos: a) ao analisarmos os atos ocorridos na execução fiscal dos autos, claramente percebemos que débito fiscal já estava prescrito desde 4/5/2010, somente não havia sido decretado pelo juízo; b) todos os atos realizados pela Fazenda Nacional neste período, requerimento de penhora (sem êxito), pedido de suspensão por 180 dias, requerimento de indisponibilidade dos bens da parte executada e pedido de arquivamento nos termos da Lei nº 10.522/2002, não possuem condão para interromper ou suspender o prazo prescricional que iniciou sua contagem em 4/5/2010; c) a prescrição prevista no art. 40 da Lei 6.830/80 não está exclusivamente ligada a desídia da parte interessada, também está relacionada a não perpetuação dos direitos e a consequente garantia da segurança jurídica; d) no caso dos autos, o TRF5 entendeu que a prescrição intercorrente não deve se concretizar, pois, a parcela de culpa da Fazenda Nacional não teria sido suficiente para acarretar em extinção do crédito fiscal, norteando-se em súmula (STJ-106) que trata de culpa exclusiva do aparato judicial na demora da citação da parte executada; e) o TRF5 contrariou e não aplicou o §4º do art. 40 da LEF no caso dos autos, baseando-se em requisitos (grau de desídia) que não são previstos pela Lei Federal que trata do executivo fiscal; f) a súmula 106/STJ não trata de caso idêntico ao dos autos, mas de culpa exclusiva do Poder Judiciário quanto a demora na citação apenas, fato este alheio aos autos da execução fiscal.

Com contrarrazões.

Devolvidos os autos ao órgão julgador, na forma do art. 1040, inc. II, do CPC/2015, o acórdão foi mantido (fls. 233-238).

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 250.

É o relatório. Passo a decidir.

Retira-se do acórdão recorrido (fls. 161-162):

“A despeito de a Súmula nº 314/STJ consignar que, ‘em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente’, é de se ponderar que a prescrição intercorrente apenas se configura com a desídia do exequente.

Com efeito, a perpetuação de uma lide por inércia do credor na promoção dos meios tendentes à satisfação do seu direito creditício ofende valores informadores da ordem jurídica, a exemplo da dignidade do executado e da razoável duração do processo.

Aliás, a Primeira Seção da Corte da Cidadania, quando do julgamento do Tema nº 179 (REsp nº1102431/RJ), em reforço ao enunciado da Súmula nº 106, assinalou expressamente que ‘a perda da pretensão executiva tributária pelo decurso de tempo é consequência da inércia do credor, que não se verifica quando a demora na citação do executado decorre unicamente do aparelho judiciário’.

Assim, para além da contagem do tempo decorrido, faz-se imperativa a verificação da responsabilidade pela demora na fluência do curso do processo.

Sob tal perspectiva, parece-me correta a insurgência fazendária. Justifico.

Embora a atuação fazendária não tenha sido propriamente diligente, é inegável a responsabilidade do aparato judicial para o decurso de prazo tão aquilatado da execução. Decerto, o lapso decorrido entre a ordem de indisponibilidade (03.03.2009) e o seu efetivo cumprimento (10.04.2015) afigura-se-me bastante revelador da impossibilidade de se imputar ao exequente a exclusiva responsabilidade pela demora na localização de bens penhoráveis. Ora, se o comando judicial não tivesse sido obedecido a destempo, sequer se divisaria a completude do prazo legalmente estipulado (art. 40 da LEF), ainda que considerado o primeiro despacho suspensivo (04.05.2004).

Some-se a isso o fato de a empresa ter-se dissolvido de modo ilegal, a demandar a citação pela via editalícia, depois de exauridas as demais modalidades citatórias, além do redirecionamento a sócios, o que, como sabido, é, por si, causa de grave aquilatamento do curso processual.”

As recorrentes, de sua feita, contestam o posicionamento, alegando que o TRF5 contrariou e não aplicou o §4º do art. 40 da LEF no caso dos autos ao se basear em requisito não previsto pela LEF (grau de desídia), bem como que todos os atos realizados pela Fazenda Nacional no período, por infrutíferos, não possuem condão para interromper ou suspender o

prazo prescricional, não se aplicando ainda ao caso a Súmula 106/STJ, a qual trata de questão diversa (demora na citação).

Todavia, razão não lhes assiste.

É que prescrição intercorrente é aquela que diz respeito ao reinício da contagem do prazo extintivo após ter sido interrompido, em virtude da desídia da parte exequente. Com efeito, “(...) a prescrição intercorrente, consoante aplicação, é resultante de construção doutrinária e jurisprudencial para punir a negligência do titular de direito e também para prestigiar o princípio da segurança jurídica, que não se coaduna com a eternização de pendências administrativas ou judiciais. Assim, quando determinado processo administrativo ou judicial fica paralisado por um tempo longo, por desídia da Fazenda Pública, embora interrompido ou suspenso o prazo prescricional, este começa a fluir novamente. Portanto, a prescrição intercorrente pressupõe a preexistência de processo administrativo ou judicial, cujo prazo prescricional havia sido interrompido pela citação ou pelo despacho que ordenar a citação, conforme inciso I, do parágrafo único do art. 174 do CTN, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 118, de 9-2-2005.” (REsp 1.034.191/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 26/5/2008).

Nesse diapasão, considerando o assentado pela Corte de origem, tem-se que a responsabilidade pela demora no andamento dos autos foi atribuída ao Judiciário, não se podendo imputar desídia à exequente, donde o afastamento do reconhecimento prescricional.

Ora, o STJ já firmou, sob a sistemática dos recursos repetitivos (REsp 1.102.431/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, DJe de 1º/2/2010), que, registrada pelo Tribunal de origem a responsabilidade da parte na demora da citação, ou mesmo a (não) responsabilidade da Justiça quanto a esse mister, o exame da aplicabilidade da Súmula 106/STJ não mais é possível, face ao óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ISS. EXECUÇÃO FISCAL. DESPACHO CITATÓRIO ANTERIOR À LC 118/2005. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE PELA DEMORA NO ATO. SÚMULA 106/STJ. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. MATÉRIAS SUBMETIDAS AO RITO DO ART. 543-C DO CPC.

1. Este STJ já firmou entendimento, sob a sistemática do art. 543-C do CPC, no sentido de que o despacho citatório exarado já na vigência da LC 118/2005 interrompe a contagem do prazo prescricional (REsp 999.901/RS, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, DJe de 10/6/2009). A contrario sensu, o exarado anteriormente à sua vigência não tem o condão de interrompê-lo.

2. Registrado no acórdão recorrido que o despacho citatório se deu anteriormente à LC 118/2005 e que até a prolação da sentença extintiva ainda não se havia concretizado a citação da parte executada, de ser confirmada a prescrição.

3. Entender que houve a interrupção pela ordem de citação, vez que a LC 118/2005 é de teor processual e como tal deve ser aplicada já aos processos em curso, é fazer retroagir a lei de forma inaceitável.

4. Consignada no acórdão recorrido a responsabilidade do município na demora da citação, não mais é possível se cogitar da aplicabilidade ou não da Súmula 106/STJ ao caso em análise, pois que rever o entendimento firmado na instância de origem é providência incabível neste momento processual, a teor da Súmula 7/STJ (REsp 1.102.431/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, DJe de 1º/2/2010, representativo de controvérsia).

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 450708/SE, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/3/2014)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ART. 174 DO CTN. APLICAÇÃO DA SÚMULA 106/STJ. ACÓRDÃO ATACADO DE ACORDO COM POSIÇÃO DO STJ. SÚMULA 83/STJ. TESE DE INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. EXAME DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1. O recuso não comporta conhecimento.

2. O STJ firmou a orientação de que a Lei Complementar 118/2005 – que alterou a redação do art. 175, parágrafo único, I, do CTN – é aplicada de imediato aos processos em trâmite, estabelecendo-se que o mero despacho ordenador da citação do devedor obsta a prescrição

da cobrança do crédito tributário, como foi no presente caso.

3. Extraí-se do acórdão combatido que o ajuizamento da ação ocorreu em 2.12.2002 e que a sentença de extinção do feito pela prescrição foi exarada em 7.12.2007, sem qualquer citação efetiva do devedor (fl. 110, e-STJ).

4. Ademais, consignou o Tribunal estadual que, "ainda que o feito estivesse parado em cartório, era obrigação do Município diligenciar no sentido do cumprimento de seus requerimentos". Disse também a Corte estadual que "não assiste razão ao Município ao sustentar a aplicação do enunciado da súmula 106 do STJ que, por certo, é inaplicável aos autos por absoluta inexistência de culpa exclusiva do judiciário pela demora do processo" (fl. 111, e-STJ).

5. Portanto, o julgado atacado está em consonância com a posição do STJ, atraindo a incidência da Súmula 83/STJ. Precedentes do STJ.

6. Doutro lado, conforme entendimento sólido do STJ, examinar a incidência da Súmula 106/STJ no caso concreto e a efetiva responsabilidade pela demora no trâmite processual implica reexame de provas, vedação preconizada pela Súmula 7/STJ.

7. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1769832/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 19/11/2018)

Sendo oportuno, esclarece-se que não procede o argumento da parte no sentido da inaplicabilidade do entendimento firmado na Súmula 106/STJ ao caso concreto, por não se tratar de demora na citação. O referido enunciado, embora trate expressamente da questão da demora na citação, admite interpretação por analogia, no sentido da não configuração prescritiva quando a responsabilidade pelo decurso do lapso legal decorre dos mecanismos judiciários.

Assim, tem-se que a revisão pretendida no apelo nobre encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Ademais, ainda no que diz respeito à alegação de ofensa ao art. 40 da LEF, a pretensão é inadmissível, pois as recorrentes não impugnaram os fundamentos do acórdão recorrido segundo os quais (fl. 162): a) "Some-se a isso o fato de a empresa ter-se dissolvido de modo ilegal, a demandar a citação pela via editalícia, depois de exauridas as demais modalidades citatórias, além do redirecionamento a sócios, o que, como sabido, é, por si, causa de grave aquilamento do curso processual."; b) "Também há de se ponderar não apenas que o juízo já se encontra devidamente garantido, mas também que a dívida é hígida, o que torna ainda mais desarrazoada a exoneração do dever legal de quitação.". Essa situação enseja a aplicação da Súmula 283/STF.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do art. 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (art. 98, §3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF) 17 de março de 2020.

Ministro Benedito Gonçalves

Relator